

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Gazeta Class.: Tupiniquim 120
Data 08/08/1993 Pg.: _____

Índios querem de volta terra que Aracruz comprou

Marilda Rocha

Quem invadiu as terras dos índios tupiniquins e guaranis em Aracruz? O assunto parece não interessar aos indígenas que nos últimos dias começaram a "brigar" pela demarcação de 13,27 hectares, hoje pertencentes à empresa Aracruz Celulose, completamente reflorestados. "A gente não vai acusar ninguém, mas o ladrão é aquele que está com o roubo na mão. É da empresa que vamos querer a devolução das terras", diz o cacique José Luiz Francisco Ramos, chefe dos tupiniquins em Caieiras Velha. A Aracruz reafirma que não invadiu terra nenhuma, já que tem os documentos legais que comprovam a compra, de terceiros. E acha que a discussão deveria estar em outro nível, pois através de certidão vintenária, identificou que o primeiro dono foi o Estado.

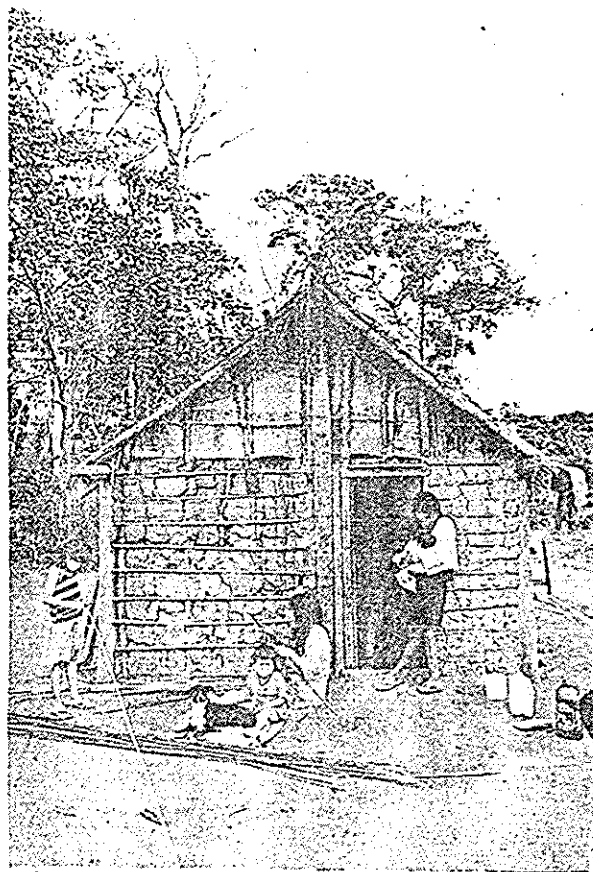
"Foram adquiridas legalmente e, se algum dia for preciso uma auditoria legal, colocamos todos os documentos à disposição, pois nos dão certeza da posse por certidão passada em cartório", reitera Eleisson de Almeida, assessor de Comunicação da Aracruz Celulose. De acordo com o "livro do Tombo", de Nova Almeida, a área de quase 130 mil hectares foi demarcada em 1760 e em 1870 o imperador Dom Pedro II confirmou a doação aos índios. "As terras indígenas são tradicionais. São direitos inalienáveis, e os índios não têm nada a ver com o fato de a Aracruz ter comprado de outra pessoa", rebate Maria Valditeide Xavier, membro do Conselho In-

digenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Igreja Católica, de apoio aos índios. Os nativos, por sua vez, garantem que possuem direito sobre a terra. "Temos o mapa da área e outras garantias de que a terra é nossa", diz o cacique José Luiz Ramos.

Quanto à condição do Estado como primeiro proprietário das terras ocupadas pela empresa Aracruz, Mário Sartori, chefe do Departamento de Cartografias do Instituto de Terras e Cartografias Florestais (ITCF), diz que se trata de uma situação complexa. "Para identificar os primeiros donos da área, é preciso um levantamento cadastral da área pretendida para saber se nunca teve dono ou se é terra devoluta.

Sartori explica que qualquer terra sem documento pode ser requerida e não concedida pura e simplesmente pelo Estado. "Por exemplo, quando o cidadão ocupa uma área, requerida ao Estado, é montado um processo. É feito um laudo de vistoria e, se ao final ninguém reclama, ele pode conseguí-la", explica Sartori. Para saber o que aconteceu na região pretendida pelos índios, somente um estudo aprofundado levaria a tais informações.

O cacique José Luiz Ramos entende que seus antepassados ocupavam livremente as terras, que eram deles por direito e jamais imaginavam que tempos depois seu povo perderia tudo para o "homem branco". "Tenho certeza que jamais pensaram que seria tomada. Não tinham nenhuma instrução, não se preocuparam em documentá-la", justifica.



Os guaranis vivem em Boa Esperança, Santa Cruz, à espera das terras.

Tribo pede apoio a deputados

Os índios garantem que vão usar de todos os meios para reaver as terras invadidas em Aracruz. As lideranças, que no último dia 14 fizeram uma manifestação na Escola de Arte Fafi, aqui em Vitória, se reúnem amanhã, às 10 horas, com deputados federais no plenário da Assembleia Legislativa, a quem vão pedir apoio na luta pela devolução dos 13,27 mil hectares em seu município. Às 14 horas, no auditório da CUT, as entidades de apoio à causa indígena se reúnem para discutir alternativas de composição de um grupo de trabalho, caso haja omissão do Governo federal. No dia 5 de outubro expira o prazo constitucional para demarcação das terras indígenas no país, mas isso não preocupa o cacique José Luiz Francisco Ramos.

"A gente tá querendo ver resposta, estamos correndo atrás, mas se não der nada certo, no momento certo vamos reunir as lideranças das comunidades e tomar alguma atitude", promete o cacique tupiniquim. Desde o último dia 6, os índios estão com um processo no Depar-

tamento de Terras da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília, onde será organizado um grupo de trabalho, com geólogos, topógrafos, entre outros, para fazer um estudo do território pretendido.

"O que vamos buscar nessa audiência com a bancada federal é o apoio dos parlamentares, para que intervenham junto aos órgãos competentes em Brasília", pretende Fabrício Ribeiro, missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo Ribeiro, o prazo constitucional do dia 5 de outubro não dará fim à luta dos índios pela demarcação de suas terras. Outra membro do Cimi, Maria Valditeide Xavier, diz que "apenas 1/4 das áreas foi demarcado no Brasil, e estão em discussão leis complementares e portarias, portanto esse prazo não é definitivo", entende ela. Édson da Silva Fidélis, chefe do posto indígena Tupiniquim, em Caieiras Velha, diz que está aguardando o pronunciamento oficial do setor fundiário de Brasília para tomar as medidas cabíveis ao caso.